

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS ANOS 70 E 80: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

LUIZ CLÁUDIO DUARTE

Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense e Professor Assistente do Departamento de Serviço Social de Campos da UFF

Resumo

- *Este artigo constitui-se em um balanço historiográfico dos debates a respeito das motivações, sentidos e significações dos movimentos sociais urbanos ocorridos no Brasil nos anos 70 e 80 deste século.*

1 Introdução

Nas últimas duas décadas o debate político brasileiro tem abordado uma gama extensa de temas, dentre eles a emergência e consolidação dos chamados **movimentos sociais**, tanto os de origem rural, como o MST, quanto os urbanos, a exemplo dos Movimentos dos Sem-Teto.

Este artigo pretende fazer um breve resgate historiográfico a respeito das significações e motivações dos movimentos sociais urbanos ocorrido no início dos anos 80, quando, em sintonia com a “redemocratização”, os movimentos sociais urbanos e suas demandas impuseram-se na agenda política.

2 Conceituação

A definição do que sejam os movimentos sociais urbanos, atuantes desde fins dos anos 70 e início dos 80, é uma tarefa teórica difícil. Para Boris Lima (1986, p.26) o conceito de movimento social vem à luz no século XIX, quando surge a *questão operária* e até os primeiros anos do século XX não distinguir-se-á movimento social de movimento operário.

Contudo, com a emergência de uma vasta gama de ações coletivas, mobilizações e o aparecimento de inúmeras organizações nos

centros urbanos, generalizou-se o uso do termo que deixou de ser sinônimo de movimento operário.

A dificuldade conceitual é tanta que certos autores propõem diferenciar os movimentos sociais não somente dos movimentos operário e camponês, como também de outras manifestações sociais presentes no espaço urbano: movimentos étnicos, feministas, gays, ecológicos, pacifistas etc.(GOHN,1985). Para Jacobi, essas manifestações sociais impulsionadas por questões não relacionadas à reprodução da força de trabalho seriam condicionadas por motivações de caráter socioculturais (JACOBI, mimeo, s.d).

Alguns autores, a exemplo da própria Maria Gohn, distinguem *movimentos sociais urbanos* de *movimentos sociais populares urbanos*, visto que os movimentos sociais urbanos possuem uma dimensão que é predominantemente popular, porém, não são exclusivamente movimentos populares, existindo também movimentos cuja base social é a classe média, o que significa que os movimentos sociais urbanos não possuem uma nítida distinção de classe (JACOBI,1985).

Como destaca Eunice DURHAN (1984) não se pode estabelecer um vínculo direto e permanente entre movimentos sociais urbanos e classes sociais, dado que os problemas

decorrentes da vida urbana afetam não só os setores com maiores níveis de carências, mas também outros grupos, engendrando movimentos cuja composição é heterogênea.

Para Jacobi, no centro dos movimentos populares urbanos, estaria a manifestação de “uma identidade que se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada diretamente com a ampliação do espaço de cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências” (JACOBI, mimeo, S.d. p.13).

Os movimentos sociais puseram em curso ou manifestaram uma *nova cultura política*, assentada na noção de comunidade. Aqui estaria uma das mais significativas contribuições dos movimentos sociais para desenvolvimento das lutas das classes “subalternas”.

Para Manuel de Castells, os movimentos sociais urbanos são definidos como “um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana” (Apud JACOBI, 1989).

Desta definição, pode-se deduzir três conclusões: a) os movimentos sociais sofreriam, de alguma forma, condicionamentos de classe, visto que são a ação “de um setor da sociedade de classes”, ou seja, de uma classe ou fração de classe; b) necessariamente questionam “o sistema que ocasiona suas desvantagens”, isto é, questionam a própria formação econômico-social em que vivem estando pois inseridos, de alguma forma, no nível macro da ação política; c) são portadores de uma teoria que orienta uma “utopia alternativa”, ou seja, possuem um significativo grau de consciência de si e da realidade a ponto de poderem propor alternativas globais à ordem vigente (LIMA, 1986, p. 28).

Penso que esta definição está carregada de idealismo e expressa, antes de qualquer coisa, os desejos do autor. Este tipo de interpretação sobre os movimentos sociais urbanos e suas funções será profundamente relativizada, quando não negada, por pesquisadores brasileiros, que rejeitam o papel transformador destes movimentos, apontando três fatores que os caracterizam e ao mesmo tempo dificultam sua análise: a) a heterogeneidade e complexidade das suas bases sociais; b) a adoção de formas de mobilização

que se dão fora dos canais tradicionais de representação (partidos e sindicatos); c) a especificidade das suas demandas, isto é, o caráter tópico das suas lutas.

É, portanto, uma interpretação que não constrói uma simetria entre movimentos sociais urbanos e classes sociais, nem os concebe voltados à transformação global da sociedade e muito menos portadores de uma “utopia alternativa”.

Uma outra discussão que dividiu as opiniões no tocante à definição dos movimentos sociais urbanos diz respeito ao caráter revolucionário ou reformista destes movimentos.

Eric Hobsbawm, escrevendo sobre movimentos sociais primitivos, essencialmente de bases agrárias, sintetizou a questão em termos que considero aplicáveis à discussão relativa ao espaço urbano das sociedades modernas.

O princípio é bastante claro. Os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou disposição social, mas a consideram passível de melhoria ou, quando abusos nela se infiltram, de reforma. Os revolucionários insistem em que deve ser fundamentalmente transformada, ou substituída (HOBSBAWM, 1978, p. 20-21).

3 Motivações

Nenhum dos autores estudados indica uma motivação única para os movimentos sociais urbanos, porém, podemos identificar três linhas interpretativas, com a ênfase recaindo sobre uma delas conforme o autor: 1ª) a que centra a análise nos efeitos das determinações macroestruturais; 2ª) a que enfatiza a dinâmica conjuntural como fator explicativo; 3ª) a que valoriza centralmente os condicionantes culturais e as experiências dos atores.

3.1 As Determinações Macroestruturais

Dentre os partidários deste viés explicativo temos Maria Gohn, para quem os movimentos sociais urbanos emergiram como mandatários de bens e serviços, dentre os quais o direito à habitação e ao uso do solo, os quais ligam-se diretamente com a questão da reprodução da força de trabalho.

Durante um longo tempo, tais carências e demandas não ganharam visibilidade política. Para este fato, a autora aponta três razões: a) o grau de desorganização das “camadas populares”, o que as deixava fragilizadas enquanto “força social”; b) o grau de controle a que estavam submetidas pelo regime autoritário; c) os mecanismos empregados pelas classes dominantes para assegurar a reprodução da força de trabalho.

Para Gohn, e para todos os autores consultados, os períodos de ascenso dos movimentos sociais urbanos das “classes subalternas” estiveram sempre ligados aos períodos de lutas por redemocratização, havendo poucos registros de ações populares independentes nos períodos de vigência do autoritarismo (1930/45 e 1964/85).

Gohn identifica nas discussões que visavam definir os movimentos sociais urbanos, especialmente os de caráter popular, que emergiram no final dos anos 70 e início da década de 80, duas posições (a abordagem macroestrutural versus a abordagem autonomista) que, para ela, configuravam uma falsa questão: “examiná-los por dentro, da ótica do próprio movimento, ou de fora, externamente, da ótica de suas determinações”. Esta diferença manifestava-se não somente no tocante à gênese dos movimentos sociais urbanos mas, também, no tocante ao seu papel no processo de transformação da sociedade.

A perspectiva autonomista favoreceu a valorização dos estudos do cotidiano e o processo de formação de uma identidade de interesses entre os “subalternos”, imprescindível para a constituição do “elemento popular” como sujeito de mudanças sociais. Entretanto, para Gohn, o móvel dessa aglutinação não está apenas no reconhecimento, pelos “subordinados”, das carências - as quais homogeneizam as condições de vida das pessoas -, mas no porque dessas carências, e a explicação para elas encontram-se no nível macroestrutural, “está no processo de acumulação e reprodução do capital e dos trabalhadores” (GOHN, 1985, p.18) ou seja, Gohn reconhece a importância teórica das abordagens autonomistas, por possibilitarem - ao desviarem o foco da análise do macro para o micro - que se observe “as ações dos indivíduos, suas articulações e suas lutas contra as formas de

dominação existentes”. Mas, a explicação do porque da dimensão social daquelas lutas só pode ser alcançada tendo por referência a globalidade e o estrutural.

O porquê da emergência de movimentos em determinados momentos específicos está intimamente vinculado aos fatos da conjuntura, por isso as lutas redemocratizantes são importantes e marcam o ascenso de movimentos sociais de variadas matizes.

Porém, sem uma análise das contradições sociais não entenderemos a questão dos movimentos populares urbanos. É o acirramento das contradições que provoca a abertura de espaços de lutas e confrontos em diferentes níveis da vida social, política e econômica. Esse acirramento não é decorrente de um processo de desenvolvimento natural de determinadas condições objetivas. Esse acirramento é fruto de um processo de lutas que não se circunscreve ao econômico, mas que penetra também a esfera do político. E, ao falarmos sobre o político, temos que falar sobre o Estado.

3.2 As Determinações Conjunturais

Se Maria Gohn privilegia as determinações macroestruturais na explicação da emergência dos movimentos populares urbanos, Pedro Jacobi centra a análise nas determinações conjunturais, que são imprescindíveis no entendimento da formação da identidade de interesses e de uma nova cultura política responsáveis pela constituição dos movimentos sociais urbanos.

Jacobi identificará diferenciações nos movimentos sociais urbanos ocorridos nos anos 80 em relação aos verificados na década de 70.

Se nos anos 70 as reivindicações concentravam-se “numa dinâmica localizada, concentrada na demanda por direitos de cidadania, vinculada à dimensão do cotidiano e do local de moradia”, nos anos 80, com o acirramento da crise econômica, ocorre uma modificação na centralidade das demandas as quais passaram a se concentrar em torno das questões do desemprego e da habitação, além das demandas por melhorias nas condições de vida, seja através dos mecanismos tradicionais de luta (partidos e sindicatos) seja por meio da ação direta (JACOBI, 1985, p.225).

Entre 1980 e 1984, somente a indústria paulista fechou 500 mil postos de trabalho. A partir de 1982, com a crise da dívida externa, a economia brasileira passou a ser monitorada pelo FMI, que impôs, e foi aceita pelo regime militar, uma política de cortes nos gastos públicos e achatamento dos salários. Conseqüentemente, agravou-se a piora na qualidade de vida da população trabalhadora. Face a tal situação, as reações virão não somente sob a forma de manifestações políticas de protesto contra a política econômica do governo, organizadas pelos sindicatos e partidos de oposição, mas também sob a forma de quebra-quebras, saques, acampamentos em terrenos baldios, invasões de conjuntos residenciais abandonados ou semiconcluídos etc. (JACOBI, 1985, p. 227).

A maioria dos autores que lidam com a temática vêm no fato de terem “forçado” o seu reconhecimento e a aceitação do diálogo por parte do poder público uma significativa contribuição dos movimentos sociais urbanos para a mudança do padrão de comportamento político do Estado diante dos movimentos sociais, o qual, durante mais de 10 anos (1968-1979) caracterizou-se pelo uso exclusivo da força.

Vimos que Jacobi principaliza, na exegese dos movimentos sociais - da sua emergência, dinamismo e singularidade -, os fatores conjunturais, especialmente a crise econômica que se agravou a partir de fins dos anos 70 e continuou se agravando nos anos 80; completada pelas políticas recessivas e contencionistas postas em prática pela ditadura sob monitoramento direto do FMI.

Dessa forma, os aspectos relativos à dimensão cultural e às experiências das classes dominadas envolvidas nos movimentos aparecem como decorrentes e não fatores explicativos dos movimentos. A nova “cultura política” e a “nova experiência de cidadania” de que fala Jacobi são resultantes da participação nos movimentos - evidentemente com o potencial de realimentar a participação -, mas não são os fatores determinantes da organização e ação das “classes subalternas”.

3.3 As Determinações Culturais

Para Eder Sader, a emergência dos movimentos sociais urbanos em fins dos anos 70

e início dos 80 foi uma surpresa, especialmente a greve de 1978 (SADER, 1988).

Tal surpresa provinha de uma reflexão teórica marcada pela derrota dos trabalhadores com o golpe de 1964. A força e o poder da ditadura levaram à subestimação da capacidade de resistência dos setores oprimidos e à superestimação da capacidade de controle, dominação e direção do Estado ditatorial burguês.

Para Sader, havia um elemento novo nos movimentos sociais que surgem em fins dos anos 70 (mas que já possuíam “uma longa história subterrânea”) seus modelos de organização distintos dos parâmetros tradicionais. Ou seja, uma ruptura com o modelo que concebia como mecanismos imprescindíveis de organização e expressão do proletariado, os sindicatos e o partido. Os movimentos sociais dos anos 70 teriam nascido com um forte discurso antipolítico e antipartido.

Nos subterrâneos dos anos 70, pode-se perceber processos de organização social não institucionalizados, mas também não voltados diretamente ao confronto com a institucionalidade, mas que, de alguma forma, contribuíram para formar o que se conceberá como elementos - mesmo que incipientes - de uma sociedade civil. Sociedade civil avidamente buscada pelos que queriam resistir à ditadura. *Esse processo se dá com a atribuição de novos significados às vivências cotidianas e às formas não clássicas de organização.*

Uma primeira postura diante do novo foi buscar referências teóricas que possibilitassem a sua apreensão. A maior parte das análises enfatizaram o aspecto das determinações estruturais dos movimentos (descaso do Estado para com as condições de reprodução da força de trabalho) percebendo nesses movimentos uma forma de luta de classes, que tinha no Estado o inimigo. Contudo, o fizeram sem levar em conta, como propõe Thompson em *Miséria da Teoria*, a **experiência** dos envolvidos.

Decorre dessa centralidade na experiência a opinião de Eder Sader de que uma melhor aproximação teórica com os movimentos sociais urbanos só foi alcançada pela contribuição dos antropólogos que, ao lançarem um olhar etnológico sobre os movimentos, interessaram-se

por saber os significados das ações para os próprios envolvidos e por entender sua emergência a partir das experiências vividas pelos participantes. Porém, esta contribuição deve ser relativizada, pois várias abordagens realizadas por antropólogos reforçaram uma percepção excessivamente autonomista dos movimentos sociais urbanos.

4 Referências Bibliográficas

- [1]GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos populares urbanos e democracia. Serviço Social e Sociedade, v.6, n. 17. São Paulo: Cortez, 1985.
- [2]HOBSBAWM, Eric J. Rebeldes primitivos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- [3]JACOBI, Pedro R. Ação coletiva, atores sociais e cultura política. Serviço Social e Sociedade v.9, n.28, Ano IX. São Paulo: Cortez, 1988.
- [4]_____. Movimentos sociais urbanos e a crise: da explosão social à participação popular autônoma. Política e Administração, n.2. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, 1985.
- [5]_____. Movimentos sociais e políticas públicas: Demandas por Saneamento Básico e Saúde: São Paulo 1974-1984. São Paulo: Cortez, 1989
- [6]_____. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. Mimeo, s.d.
- [7]LIMA, Boris Alexis. Movimentos sociais: a decodificação de um conceito. Serviço Social e Sociedade, v.9, n.22. São Paulo: Cortez, 1986.
- [8]SADER, Eder. Movimentos sociais: notas para um debate. Cadernos ABESS, v.9, n.2. São Paulo: Cortez, 1988.